

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 21/05/2019

- [Campanha contra trabalho infantil começa amanhã com twittaço](#)
- [Campanha para adoção de crianças mais velhas mostra quem são meninos e meninas abrigados no DF](#)
- [Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa](#)
- [1ª Vara da Infância inicia Semana estadual de Adoção com palestras nas instituições de ensino superior](#)
- [Comarca de Linhares \(ES\) realiza evento em comemoração ao dia nacional da adoção](#)
- [MPPE lança cartilha sobre programa de acolhimento familiar](#)
- [Jovens da Casem Olinda participam do curso de Introdução à Automação Eletroeletrônica](#)
- [Funase, Justiça e Prefeitura de Caruaru discutem parcerias em prol do sistema socioeducativo](#)

Assunto: Campanha contra trabalho infantil começa amanhã com twittaço

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 21/05/2019



Começa amanhã (22), com um *twittaço*, a campanha do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho. Este ano, tem como lema “Criança não deve trabalhar, infância é para sonhar”. A iniciativa é organizada pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e tem como realizadora a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Por meio do *hashtag* #*infanciasemtrabalho*, os organizadores pretendem, a partir das 10h de amanhã, sensibilizar e motivar uma reflexão da sociedade sobre as consequências do trabalho infantil e a importância de garantir para crianças e adolescentes o direito de brincar, estudar e sonhar – vivências que, segundo a entidade, são próprias da infância e que contribuem para o seu desenvolvimento.

“Todos os anos a gente segue uma campanha que é global, que acontece no dia 12 de junho. E em cada campanha a gente traz um slogan para distingui-la das demais. Este ano, buscamos, com este lema, reafirmar o direito da criança ao brincar e do adolescente ao lazer”, disse à Agência Brasil Isa Oliveira, secretária-executiva do FNPETI.

“Dessa forma, pretendemos mostrar que esse tipo de exploração é uma violação aos direitos fundamentais que impede a vivência plena da infância”, acrescentou. Segundo ela, a campanha

a ser lançada amanhã culminará em uma grande mobilização dia 12 de junho, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

A Constituição Federal só permite trabalho a partir dos 16 anos, desde que não seja em condições insalubres, perigosas ou no período noturno. A partir dos 14 anos só é permitido trabalho na condição de aprendiz, por meio de contrato especial, desde que com o propósito de oferecer ao jovem formação profissional compatível com a vida escolar.

Dados

De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalham no Brasil em atividades como agricultura, pecuária, comércio, domicílios, construção civil e até mesmo nas ruas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativos a 2016, as regiões que registram as maiores taxas de ocupação com trabalhos infantis são o Nordeste (33%) e a Sudeste (28,8%). São Paulo é o estado que, em termos absolutos, mais faz uso de trabalho infantil, com 314 mil registros, seguido de Minas Gerais (298 mil) e Bahia (252 mil). Também têm destaque nesse tipo de exploração o Pará (193 mil), Maranhão (147 mil), Paraná (144 mil) e Rio Grande do Sul (151 mil).

Tendo por base dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, o fórum aponta que, entre 2007 e 2018, o Brasil registrou 43.777 acidentes de trabalho com crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos. No mesmo período, houve 261 mortes de meninas e meninos durante o trabalho.

A erradicação de todas as formas de trabalho infantil até 2025 está entre as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU -, acordo que tem o Brasil como signatário.

Como denunciar

Há vários canais por meio dos quais é possível denunciar casos de exploração de trabalho infantil. Um deles é o Conselho Tutelar.

“Também é possível fazer denúncias por meio do Disque 100 e pelo aplicativo Proteja Brasil, bem como pelo Ministério Público do Trabalho; pela Superintendência Regional do Trabalho e por unidades de assistência social como Cras, no âmbito municipal, e os Creas (Centros de Referência)”, sugere Isa Oliveira.

Assunto: Campanha para adoção de crianças mais velhas mostra quem são meninos e meninas abrigados no DF

Fonte: Portal Andi

Data: 21/05/2019



No Distrito Federal existem cerca de 130 crianças e adolescentes esperando para serem adotados e 543 famílias habilitadas no cadastro local para a adoção. No entanto, a maioria das crianças e adolescentes não se encaixa no perfil pretendido por essas famílias.

Os motivos principais, segundo a Vara da Infância e Juventude (VIJ), são a idade, o número de irmãos e problemas de saúde. Cerca de 90% das famílias ainda buscam crianças menores de 3 anos para adotar.

Para aumentar as chances de adoção desses meninos e meninas, a Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ) criou o projeto "Em busca de um lar". O objetivo é a chamada busca ativa de pretendentes à adoção, ou seja, encontrar famílias para crianças e adolescentes que têm o perfil preterido pelos adotantes.

Para encontrar essas famílias, foram produzidos vídeos e fotos. São os "candidatos a filhos" que se apresentam para possíveis pais.

Segundo a psicóloga da Seção de Colocação em Família Substituta da VIJ, Niva Campos, seis crianças e adolescentes participam da campanha, em um primeiro momento. Todas autorizaram o uso da própria imagem e quiseram participar do "Em busca de um Lar".

"Sabemos do risco que o uso da imagem poderia causar, mas entendemos esse projeto como uma oportunidade de dar visibilidade a essas crianças."

Para Niva, divulgar a imagem é uma chance que elas têm de serem conhecidas e de encontrarem uma nova família. Antes de participar do projeto, cada uma foi assistida pela equipe de psicólogos da Vara da Infância.

Como funciona o projeto?

Os vídeos e fotos das crianças e adolescentes que participam do "Em busca de um lar" são divulgados pela Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal nas redes sociais. A família que se interessar, precisa ser habilitada para a adoção.

É necessário passar por todo processo de preparação psicossocial e estágio de convivência, passos convencionais para a adoção de qualquer criança ou adolescente.

Nessa primeira fase do projeto, foram selecionadas crianças com mais de 9 anos. A segunda fase, que deve começar no próximo semestre, terá crianças que possuem algum problema de saúde.

Assunto: Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa

Fonte: Portal Andi

Data: 21/05/2019



Em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrados neste sábado (18), pais e crianças de 0 a 14 anos participaram de uma corrida no Parque da Cidade, em Brasília. O evento, que reuniu cerca de 800 pessoas, é uma iniciativa da Polícia Federal, com o apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do governo do Distrito Federal. O objetivo é alertar a sociedade sobre esse tipo de crime e envolver a família na prevenção e combate.

Dados do Disque 100 mostram que, só no ano passado, foram registradas um total de 17.093 denúncias de violência sexual contra menores de idade. A maior parte delas é de abuso sexual (13.418 casos), mas há denúncias também de exploração sexual (3.675). Só nos primeiros meses deste ano, o governo federal registrou 4,7 mil novas denúncias. Os números mostram que mais de 70% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas. Em mais de 70% dos registros, a violência foi cometida na casa do abusador ou da vítima.

"Há uma cultura dos maus-tratos no país, e a gente precisa implementar a cultura dos bons tratos às crianças e aos adolescentes, os bons tratos em família", afirma Petrucia de Melo Andrade, secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos. A secretária cita o Estatuto da Criança e do Adolescente para ressaltar a responsabilidade da família nos cuidados dos menores de idade, e pede maior envolvimento.

"É uma campanha que envolve a família. Quando a gente resgata o Artigo 227 [do Estatuto da Criança e do Adolescente], no topo do cuidado da criança e do adolescente, está primeiro a família, em segundo a sociedade em geral e, por último, o Estado. Então, esse é o momento dessa família trazer seus filhos e estar no cuidado com eles. Momento de confraternização e alegria e, ao mesmo tempo, trazer essas crianças para uma reflexão de um crime que o Brasil não pode suportar", acrescenta.

Ensinar as crianças

Para Adriana Faria, subsecretária de Políticas para Crianças e Adolescentes da Secretaria de Justiça do DF, as crianças, em boa parte dos casos, não têm noção do que é o abuso sexual. "Aquilo incomoda, ela geralmente sabe que aquilo é errado, mas não necessariamente que é um abuso sexual que precisa ser denunciado. A gente precisa criar mecanismos para que elas conheçam o próprio corpo, saibam proteger o próprio corpo e saibam identificar que tem algo de errado e como elas podem buscar ajuda, justamente porque muitas vezes acontece dentro de casa e não dá para procurar nem pai, nem mãe. Tem que saber procurar um professor na escola, ou um conselho tutelar", explica.

A autônoma Daíza Vaz Cortella participou da corrida com a filha Elisa, de 5 anos. Ela também concorda que é preciso educar as próprias crianças para se prevenirem da violência, e os pais não podem ter vergonha de abordar a educação sexual com os próprios filhos.

"Nós, pais, temos sim que conversar com nossas crianças e explicar sobre os perigos, esclarecer sobre as partes íntimas, como identificar um abuso. Não podemos ter vergonha de educar as crianças com essa consciência", diz.

Ao lado do filho Pedro, de 7 anos, Maria de Fátima Sampaio era só sorrisos e um pouco de cansaço após correr cerca de 250 metros empurrando a cadeira de rodas da criança, que tem paralisia cerebral. Para ela, crianças com deficiência são ainda vulneráveis a situações de abuso e violência sexual e, nesse sentido, a conscientização do núcleo familiar e a capacitação de profissionais da educação e conselhos tutelares é crucial para o enfrentamento do problema.

"As crianças especiais, muitas vezes, ficam mais vulneráveis porque não têm os mesmos mecanismos de defesa que outras. Por isso, o envolvimento da família, dos pais, da escola e Poder Público é fundamental", afirma.

Assunto: 1ª Vara da Infância inicia Semana estadual de Adoção com palestras nas instituições de ensino superior

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 21/05/2019



Teve início, na Capital paraibana, o III Seminário Itinerante sobre Adoção – ciclo de palestras promovido pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de João Pessoa para expandir os debates em torno desta prática, capaz de devolver um lar com amor a uma criança ou a um adolescente que se encontra desprovido de família. O primeiro encontro ocorreu na manhã dessa segunda-feira (20), no Auditório Tarcísio Burity do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), ocasião em que o magistrado titular da unidade e coordenador da Infância e Juventude do Judiciário estadual paraibano, Adhailton Lacet, falou sobre os aspectos mais relevantes da Adoção.

As palestras do III Seminário Itinerante sobre Adoção ocorrerão, também, na Uninassau, nesta terça-feira (21) às 19h, na sala 714, 7º andar. Já no dia 22/05, as palestras serão voltadas para a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba – Fesp, a partir das 19h, no Espaço Gourmet do Manaíra Shopping. No dia 23/05, o ciclo se repete no Instituto de Educação Superior da Paraíba – Iesp. As palestras serão realizadas no Auditório do Curso de Direito, bloco D, 1º andar.

No Unipê, a promotora de Infância e Juventude, Soraya Escorel, palestrou sobre ‘O processo de destituição’; seguida da fala do psicólogo do Setor de Adoção do TJPB, Thomaz Rocha, a respeito do ‘Processo de habilitação de postulantes’. O professor do Curso de Direito Antônio Toscano também expôs sobre ‘Adoção para crianças e adolescentes com deficiência’. A manhã de palestras foi encerrada com a fala de Ilma Tavares, psicóloga-coordenadora do Grupo Adoptare, que abordou ‘Os aspectos psicológicos da Adoção: Depois da lua de mel’.

“Por se tratar da Semana estadual da Adoção, estamos abordando todos os processos periféricos que a envolvem, a exemplo da habilitação e destituição do poder familiar. Vamos tratar sobre alguns aspectos relacionados a idade, perfis, procedimentos; crianças com problemas de saúde; tipos de adoção – unilateral, singular, adoção intuitu personae (de forma consensual, quando a mãe biológica manifesta interesse em entregar a criança à pessoa conhecida, sem que esta se faça presente no Cadastro Nacional de Adoção), adoção à brasileira (prática ilegal, que consiste registrar filho alheio como próprio, sem conhecimento da Justiça), entre outros”, explicou o juiz Adhailton Lacet.

O Seminário também destaca a atuação das equipes multiprofissionais no processo, que, segundo o magistrado, desperta a curiosidade do público acadêmico. “O processo de adoção exige não só a participação de profissionais da Justiça e do Ministério Público, mas de psicólogo, assistente social e pedagogo. As palestras são para todas estas áreas acadêmicas: Direito, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e, também, Comunicação Social, pois são profissionais que precisam entender para abordar este tema”, declarou.

Ainda nesta segunda-feira (20), no período da tarde, o magistrado e a equipe do Setor de Adoção estiveram na Presidência do TJPB com o objetivo de convidar oficialmente o presidente, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, para participação nos eventos. Na ocasião, o gestor do TJPB foi presenteado com a camiseta da Campanha ‘Não resista ao Amor! Adote! ’.

Além das atividades acadêmicas, o juiz explicou que a equipe também está desenvolvendo outras atividades durante a Semana, como a ampla divulgação da Campanha de Adoção na mídia. “Estamos com entrevistas agendadas em Rádio e Televisão. Faremos uma panfletagem no sábado na Lagoa e encerraremos a programação com uma festa que ocorrerá no Popótamus Buffet (localizado no Bairro de Manaíra), com o objetivo de apresentar crianças e pretendentes à adoção”, complementou.

Assunto: Comarca de Linhares (ES) realiza evento em comemoração ao dia nacional da adoção

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 21/05/2019



Na próxima sexta-feira, 24 de maio, moradores de Linhares e região estão convidados para conversar sobre adoção. A iniciativa é da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca, que preparou uma programação toda especial para lembrar o Dia Nacional da Adoção, comemorado no dia 25 de maio.

O evento acontece das 12 às 18 horas, no Centro Cultural Nice Avanza, localizado na Praça 22 de Agosto, onde a equipe técnica da unidade judiciária, formada por assistentes sociais e psicólogos, vai tirar dúvidas sobre o procedimento de adoção e explicar o passo a passo para quem pretende adotar, no stand “Vamos conversar sobre a adoção?”.

A abertura oficial será às 14 horas, com a presença do juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Linhares, Gideon Drescher. Para o magistrado, é interessante que a comunidade participe do evento para que se dissemine a importância de o processo de adoção observar as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que traz aos pretendentes segurança jurídica e às crianças e adolescentes a garantia de serem adotados por pessoas que receberam todas as orientações sociojurídicas relativas à adoção.

“É importante que a comunidade seja parceira do Judiciário e dos demais órgãos de proteção dos direitos da criança e do adolescente, comunicando os casos de adoção irregular para uma imediata ação judicial, fortalecendo o sistema de adoção legal”, ressaltou o juiz Gideon Drescher

A programação ainda contará com apresentação cultural, e palestra proferida pela assistente social da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA/ES) Luciana Mesquita Melo, que vai falar sobre os “Aspectos Sociojurídicos da Adoção”.

Famílias que já adotaram também vão contar um pouco sobre suas experiências para os participantes do evento. Durante a ação, haverá ainda distribuição de folders explicando o passo a passo para quem pretende adotar, exposição de trabalhos de crianças e adolescentes acolhidas no município de Linhares e apresentação de vídeos das crianças e adolescentes participantes da Campanha “Esperando por Você” da CEJA/ES, lançada em maio de 2017, para sensibilizar para a adoção de crianças e adolescentes mais velhos.

Assunto: MPPE lança cartilha sobre programa de acolhimento familiar

Fonte: MPPE

Data: 21/05/2019



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude), lança nesta terça-feira (21) a cartilha “A Casa é Sua: Implementando Programas de Acolhimento Familiar”. O material tem por objetivo servir como um guia de orientações e de divulgação para os trabalhos dos agentes institucionais, promotores de Justiça e profissionais da

rede de atenção, no sentido de garantir a implementação e o funcionamento adequado do Programa de Acolhimento Familiar (PAF).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. O acolhimento familiar se destina a jovens de zero a 18 anos, que em virtude de decisão judicial foram afastadas temporariamente de sua família de origem. É uma modalidade de atendimento que visa oferecer proteção integral até que seja possível o retorno à família ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção.

Na cartilha “A Casa é Sua” são disponibilizadas informações sobre o serviço de acolhimento familiar; um panorama das situações brasileira e pernambucana; além de orientações das hipóteses de como a família acolhedora pode obter a guarda ou adotar o acolhido. O material também explica como se realiza a intervenção do Ministério Público e como proceder para implantar o PAF. Ao final, são listados os modelos de peças jurídicas disponibilizadas na página do Caop Infância e Juventude, bem como alguns instrumentos normativos relacionados ao tema.

“Em sintonia com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), essa iniciativa procura promover a devida estruturação do Programa, que deve estar equipado com os meios necessários ao pronto e eficaz desempenho de suas atribuições”, informou o promotor de Justiça e coordenador do Caop Infância e Juventude, Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda.

Assunto: Jovens da Casem Olinda participam do curso de Introdução à Automação Eletroeletrônica

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 21/05/2019



Dezesseis adolescentes da Casa de Semiliberdade (Casem) Olinda, unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), iniciaram o curso de Introdução à Automação Eletroeletrônica. Com uma carga horária de 14 horas/aula, a formação será certificada pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). O objetivo é desenvolver com os jovens habilidades compatíveis com a profissão, para que, quando deixarem o sistema socioeducativo, possam ser mais competitivos na disputa por vagas no mercado de trabalho.

O curso está sendo dividido em quatro encontros e se estenderá até o fim deste mês. As aulas são ministradas pelo instrutor do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da Funase, Higino Filho. Além das aulas teóricas, os adolescentes da unidade poderão, de forma prática, aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula.

Para a coordenadora técnica da Casem Olinda, Joanna de Angelis, estimular ações que contribuam para o crescimento profissional dos socioeducandos ajuda a criar uma nova perspectiva de futuro. “Os meninos se interessaram muito pelo curso. A estrutura de equipamentos e de material didático despertou uma participação maior e proporcionou um envolvimento ativo dos jovens”, afirmou.

CERTIFICAÇÕES – Em outras unidades da Funase, as ações de educação profissional também têm mobilizado os socioeducandos. Na semana passada, seis adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Timbaúba foram certificados no curso de Informática Básica. Já na Casem Santa Luzia, cinco socioeducandas concluíram a participação em oficinas de aperfeiçoamento profissional na Biblioteca Pública do Estado. Os certificados foram emitidos pelo CIEE.

Assunto: Funase, Justiça e Prefeitura de Caruaru discutem parcerias em prol do sistema socioeducativo

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 21/05/2019



Representantes da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e da Vara Regional da Infância e Juventude de Caruaru estão se articulando com a prefeitura do município para discutir parcerias que beneficiem o sistema socioeducativo. A ideia é estabelecer cooperações no sentido de ampliar iniciativas em áreas como educação, saúde e profissionalização para os socioeducandos, além do atendimento de demandas relacionadas a serviços de zeladoria no entorno das três unidades da Funase existentes na região.

O tema foi discutido, na segunda-feira (20), durante reunião entre a presidente da Funase, Nadja Alencar, o juiz titular da Vara Regional da Infância e Juventude, José Fernando Santos, e a prefeita de Caruaru, Raquel Lyra. Na ocasião, foram destacadas demandas à luz do Plano Operativo Municipal de Saúde, que contém diretrizes para o atendimento a jovens que cumprem medidas socioeducativas, em consonância com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação, Semiliberdade e Internação Provisória (PNAISARI), do Ministério da Saúde.

Também foram apresentadas necessidades sobre a oferta de cursos do Qualifica Caruaru para os socioeducandos. O programa, realizado pela prefeitura, já atende adolescentes da Casa de Semiliberdade (Casem) Caruaru. O pleito é para que possa ser expandido para jovens de outras unidades socioeducativas no município. Ainda houve sinalização positiva para solicitações da Funase referentes à melhoria da iluminação pública e à realização de serviços de capinação no entorno do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) e do Centro de Internação Provisória (Cenip), que ficam na zona rural.

A reunião também teve a participação da superintendente da Política de Atendimento da Funase, Íris Borges, da superintendente de Planejamento e Orçamento, Zed Galvão, da coordenadora geral do Cenip Caruaru, Maria Clara Amorim, do coordenador geral do Case Caruaru, Márcio Oliveira, da coordenadora técnica da unidade, Ana Paula Ferreira, e do secretário extraordinário da Feira de Caruaru, José Pereira Sousa.